

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração.

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, Rodovia Washington Luis, km 216,8, CEP 13530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.555.926/0001-79, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 20 de fevereiro de 2018.

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor Presidente

Luciano Louzane
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor de Econômico Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Declaramos, na qualidade de diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Itirapina, Estado de São Paulo, Rodovia Washington Luis, km 216,8, CEP 13530-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.555.926/0001-79, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Itirapina, 20 de fevereiro de 2018.

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor Presidente

Luciano Louzane
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor de Econômico Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas

são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.731	10.954	Empréstimos e financiamentos	11	-	356
Contas a receber	6	21.735	20.001	Debêntures	12	107.466	180.926
Contas a receber - partes relacionadas	13	50	1	Fornecedores		4.078	11.052
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	47.496	Obrigações sociais		2.046	1.991
Impostos a recuperar		4.515	5.073	Obrigações fiscais	15	21.909	13.444
Despesas antecipadas		561	958	Contas a pagar - partes relacionadas	13	1.626	3.651
Outros créditos		515	722	Cauções contratuais		7.150	6.198
Total do ativo circulante		<u>39.107</u>	<u>85.205</u>	Credores pela concessão	16	6.191	13.868
				Provisão para manutenção em rodovias	17	9.497	22.446
NÃO CIRCULANTE				Juros sobre capital próprio	13	3.956	3.689
Contas a receber - partes relacionadas	13	236.725	243.043	Outras contas a pagar		355	706
Despesas antecipadas		9	282	Total do passivo circulante		<u>164.274</u>	<u>258.327</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	10.461	16.740				
Depósitos judiciais	17	131	103	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	1.309	967	Debêntures	12	49.963	57.226
Intangível	10	122.603	163.935	Credores pela concessão	16	-	5.459
Total do ativo não circulante		<u>371.238</u>	<u>425.070</u>	Provisão para manutenção em rodovias	17	3.964	9.339
				Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	17	5.216	1.988
				Total do passivo não circulante		<u>59.143</u>	<u>74.012</u>
				Total do passivo		<u>223.417</u>	<u>332.339</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	98.801	98.801
				Reservas de lucros		19.760	19.760
				Dividendos adicionais propostos		68.367	59.375
				Total do patrimônio líquido		<u>186.928</u>	<u>177.936</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>410.345</u></u>	<u><u>510.275</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>410.345</u></u>	<u><u>510.275</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	394.190	366.538
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(187.608)	(149.783)
LUCRO BRUTO		<u>206.582</u>	<u>216.755</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(26.649)	(22.908)
Remuneração da Administração	13	(1.741)	(1.850)
Tributárias		(167)	(88)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>146</u>	<u>320</u>
		(28.411)	(24.526)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>178.171</u>	<u>192.229</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	31.662	56.557
Despesas financeiras	21	<u>(31.372)</u>	<u>(60.101)</u>
		290	(3.544)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>178.461</u>	<u>188.685</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8	(51.229)	(51.400)
Diferidos	8	(6.279)	(9.946)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>120.953</u>	<u>127.339</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	<u>1,1918</u>	<u>1,2548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	120.953	127.339
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>120.953</u>	<u>127.339</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros	Dividendos	Lucros	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva legal	adicionais propostos	acumulados	
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2016		104.798	(28.979)	75.819	15.164	38.351	-	129.334
Lucro líquido do exercício		-	22.982	22.982	-	-	127.339	150.321
Destinações do lucro líquido:								
Reserva legal		-	-	-	4.596	-	(4.596)	-
Dividendos distribuidos		-	-	-	-	(38.351)	(55.514)	(93.865)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(7.854)	(7.854)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	59.375	(59.375)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		104.798	(5.997)	98.801	19.760	59.375	-	177.936
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	120.953	120.953
Aumento de capital	18	-	-	-	-	-	-	-
Destinações do lucro líquido:								
Dividendos distribuidos	18	-	-	-	-	(59.375)	(41.154)	(100.529)
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(11.432)	(11.432)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	68.367	(68.367)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		104.798	(5.997)	98.801	19.760	68.367	-	186.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		120.953	127.339
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	66.865	62.059
Baixa de ativos permanentes	9 e 10	6	49
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.279	9.946
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão		469	2.526
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(1.386)	(4.080)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	13	(27.886)	(46.488)
Juros e variações monetárias de empréstimos		8	33
Juros e variações monetárias de debêntures		25.141	48.481
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	1.253	3.023
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	20	4.311	1.236
Constituição de provisão para manutenção	20	52.204	22.558
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.734)	3.611
Contas a receber - partes relacionadas		(51)	(2)
Despesas antecipadas		671	(455)
Impostos a recuperar		1.356	17.107
Outros créditos		207	(649)
Depósitos judiciais		(28)	(82)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		1.293	6.183
Fornecedores - partes relacionadas		(1.425)	166
Cauções contratuais de fornecedores		234	(545)
Obrigações sociais		55	223
Obrigações fiscais		45.397	20.201
Imposto de renda e contribuição social pagos		(36.929)	(30.784)
Outras contas a pagar		(367)	1.134
Credores pela concessão		33	9
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios		(1.083)	(575)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		255.846	242.224
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	9	(874)	(647)
Aquisições de itens do intangível	10 e 22	(102.536)	(62.371)
Aplicação financeira vinculada		(23.547)	(57.415)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		71.717	64.344
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(55.240)	(56.089)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(355)	(426)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros		(9)	(34)
Emissão de debêntures		100.000	-
Pagamento de debêntures - principal		(154.241)	(154.240)
Pagamento de debêntures - juros		(51.607)	(66.812)
Captações de empréstimos empresas ligadas		(17.000)	-
Recebimento de principal - empresas ligadas		28.073	67.000
Recebimento de juros - empresas ligadas		18.928	58.115
Pagamento de juros sobre capital próprio	18 e 22	(9.451)	(5.969)
Pagamento de dividendos	18	(100.529)	(93.865)
Pagamento de credores pela concessão	16	(13.638)	(12.856)
Aumento de capital		-	22.982
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(199.829)	(186.105)
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		777	30
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		10.954	10.924
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		11.731	10.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITAS			
Prestação de serviços	19	401.441	373.484
Receita dos serviços de construção	19	25.007	23.115
Outras receitas		3.009	2.933
		<u>429.457</u>	<u>399.532</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(19.089)	(16.892)
Custo dos serviços de construção	20	(25.007)	(23.115)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(11.237)	(10.889)
Custo da concessão		(7.354)	(7.233)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(52.204)	(22.558)
Outros		(7.371)	(5.399)
		<u>(122.262)</u>	<u>(86.086)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>307.195</u>	<u>313.446</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	20	(66.865)	(62.059)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>240.330</u>	<u>251.387</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	31.662	56.557
		<u>31.662</u>	<u>56.557</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>271.992</u>	<u>307.944</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		20.685	20.277
Benefícios		3.519	3.508
FGTS		1.415	1.303
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		74.376	78.042
Estaduais		2	3
Municipais		20.230	18.830
Outros		-	-
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		25.149	48.574
Aluguéis		1.217	1.273
Outras		4.446	8.795
Remuneração de capitais próprios:			
Juros sobre capital próprio	18	11.432	7.854
Dividendos	18	41.154	55.514
Lucros retidos		68.367	63.971
		<u>271.992</u>	<u>307.944</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrovias Sistemas
Rodoviários S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 11 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pelas Rodovias SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, o apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e a fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do País para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$125.167 (R\$173.122 em 31 de dezembro de 2016).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2018.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e 16, respectivamente.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e nos termos aditivos modificativos subsequentes da Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado- IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

NA SP-225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e o km 235 + 040.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$39.419 (R\$30.383 em 31 de dezembro de 2016) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$18.927 (R\$44.160 em 31 de dezembro de 2016) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem e contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 7)

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 11) e debêntures (nota explicativa nº 12)

Outros passivos financeiros

a) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 16.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

b) Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal,

impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação na IAS 39 sobre o <i>impairment</i> de ativos financeiros e contabilização de hedge continua aplicável
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 15 substitui a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 (R1)), IAS 11 (CPC 17 (R1)), IFRIC 15 (ICPC 02) e IFRIC 18 (ICPC 11). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade reconhecerá receitas decorrentes de contratos e relacionamentos com clientes e exige que essas entidades forneçam divulgações mais detalhadas e relevantes para os usuários das demonstrações financeiras. Essa norma estabelece em um único documento princípios de reconhecimento aplicável a todos os tipos de receitas de contratos e/ou relacionamento com os clientes.
IFRS 16 - Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes Norma e Interpretações quando estiver em vigor: - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.
Alterações à IFRS 2 Classificação e Mensuração de Transações de Pagamento Baseado em Ações (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018)	As alterações esclarecem o seguinte: 1. Ao estimar o valor justo de um pagamento baseado em ações liquidado à vista, a contabilização dos efeitos das condições de aquisição e de não aquisição de direito devem seguir a mesma abordagem de pagamentos baseados em ações liquidados em ações. 2. Se uma lei ou regulamento fiscal requer que uma entidade retenha um número específico de instrumentos de patrimônio igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário para atender ao passivo fiscal do funcionário que é remetido para a autoridade fiscal (normalmente em dinheiro), ou seja, o acordo de pagamento baseado em ações tem uma ‘característica de liquidação pelo valor líquido’, esse acordo deve ser totalmente classificado como um pagamento liquidado em ações, desde que o pagamento baseado em ações tenha sido classificado como liquidado em ações, mas não incluído na característica de liquidação pelo valor líquido. 3. Uma modificação de um pagamento baseado em ações que muda a transação de liquidada à vista para liquidada em ações deve ser contabilizada da seguinte forma: (i) o passivo original é baixado; (ii) o pagamento baseado em ações e liquidado em ações é reconhecido ao valor justo do instrumento de patrimônio na data da modificação, na medida em que os serviços tenham sido executados até a data de modificação; e (iii) qualquer diferença entre o valor contábil do passivo na data da modificação e o valor reconhecido no patrimônio líquido deve ser imediatamente reconhecido no resultado.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)	As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. IAS 28 e IFRS 10

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa e contas bancárias	2.442	2.200
Aplicações financeiras (*)	<u>9.289</u>	<u>8.754</u>
Total	<u>11.731</u>	<u>10.954</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimentos, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	20.696	19.338
Cupons de pedágio a receber	208	-
Cartões de pedágio a receber	711	663
Receitas acessórias a receber	<u>120</u>	<u>-</u>
Total	<u>21.735</u>	<u>20.001</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantinha aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir consta breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vinha retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer face ao pagamento dos juros anuais e da parcela de principal das debêntures da 1ª emissão - 2ª série, para que ao final

de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento estivesse constituído. Esses recursos eram mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. Pelo fato da Sociedade ter quitado as debêntures em março de 2017, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não há valores de aplicações financeiras vinculadas (Em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R\$47.496).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	178.461	188.685
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(60.677)	(64.153)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	3.887	2.670
Outras diferenças permanentes	(718)	137
Total	<u>(57.508)</u>	<u>(61.346)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(51.229)	(51.400)
Diferido	(6.279)	(9.946)
	<u>(57.508)</u>	<u>(61.346)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Provisão de participação nos lucros	700	685
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	5.216	1.988
Outras provisões	732	-
Provisão para manutenção de rodovias	13.461	31.785
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	3.418	2.785
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	28.715	28.715
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(20.829)	(15.623)
	<u>31.413</u>	<u>50.335</u>
Base de cálculo ativa	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>10.680</u>	<u>17.114</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	(644)	(1.099)
Base de cálculo passiva	(644)	(1.099)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(219)</u>	<u>(374)</u>
Base de cálculo	<u>30.769</u>	<u>49.236</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>10.461</u>	<u>16.740</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Impostos diferidos ativos não circulante

2018	7.120
2019	<u>3.560</u>
	<u>10.680</u>

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2015	914	3.125	101	-	-	4.140
Adições	-	647	-	-	-	647
Alienações/baixas	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldo em 31.12.2016	914	3.771	101	-	-	4.786
Adições	-	172	-	667	35	874
Saldo em 31.12.2017	<u>914</u>	<u>3.943</u>	<u>101</u>	<u>667</u>	<u>35</u>	<u>5.660</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(624)	(2.672)	(100)	-	-	(3.396)
Depreciações	(125)	(299)	-	-	-	(424)
Alienações/baixas	-	1	-	-	-	1
Saldo em 31.12.2016	(749)	(2.970)	(100)	-	-	(3.819)
Depreciações	(115)	(410)	-	-	(7)	(532)
Saldo em 31.12.2017	<u>(864)</u>	<u>(3.380)</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(4.351)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	165	801	1	-	-	967
Saldo em 31.12.2017	50	563	1	667	28	1.309
Taxas de depreciação - a.a.	13%	21%	20%	0%	48%	

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2015	624.222	40.280	9.474	2.379	6.834	683.189
Adições	9.884	-	-	36	13.195	23.115
Transferências/Reclassificações	7.316	-	-	-	(7.316)	-
Alienações/baixas	(74)	-	-	(5)	-	(79)
Saldo em 31.12.2016	641.348	40.280	9.474	2.410	12.713	706.225
Adições	14.320	-	-	-	10.687	25.007
Transferências/Reclassificações	28	-	-	-	(28)	-
Alienações/baixas	(7)	-	-	-	-	(7)
Saldo em 31.12.2017	<u>655.689</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>2.410</u>	<u>23.372</u>	<u>731.225</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2015	(433.245)	(37.732)	(7.982)	(1.726)	-	(480.685)
Amortizações	(59.797)	(994)	(577)	(267)	-	(61.635)
Alienações/baixas	26	-	-	4	-	30
Saldo em 31.12.2016	(493.016)	(38.726)	(8.559)	(1.989)	-	(542.290)
Amortizações	(64.485)	(992)	(577)	(279)	-	(66.333)
Alienações/baixas	1	-	-	-	-	1
Saldo em 31.12.2017	<u>(557.500)</u>	<u>(39.718)</u>	<u>(9.136)</u>	<u>(2.268)</u>	<u>-</u>	<u>(608.622)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2016	148.332	1.554	915	421	12.713	163.935
Saldo em 31.12.2017	98.189	562	338	142	23.372	122.603
Taxas de amortização - a.a.	18%	5%	8%	13%	0%	

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

<u>Moeda Local</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Financiamento de veículos – (FINAME) (a)	-	356
	<u>-</u>	<u>356</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

<u>Referência</u>	<u>Moeda</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantia</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
(a)	Real	Finame	6% a.a.	out/17	Próprio bem	-	356

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>		<u>31.12.2016</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Debêntures	107.793	50.000	181.220	57.280
Custo de transação	<u>(327)</u>	<u>(37)</u>	<u>(294)</u>	<u>(54)</u>
Total	<u>107.466</u>	<u>49.963</u>	<u>180.926</u>	<u>57.226</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2017	31.12.2016
1ª emissão - 2ª Série	120.000	IPCA + 8% a.a.	mar/17	-	66.229
2ª emissão	40.000	CDI + 0,99% a.a.	jun/18	57.384	172.271
3ª emissão	10.000	CDI + 1,25% a.a.	mar/19	100.409	-
				<u>157.793</u>	<u>238.500</u>

As debêntures da 1ª emissão foram integralmente quitadas na sua data de vencimento em março de 2017.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão 2ª Série	15.03.2010	120.000	1.000	27.04.2010	121.899
2ª emissão	18.12.2013	400.000	10.000	25.03.2014	400.527
3ª emissão	10.03.2017	100.000	10.000	17.03.2017	100.000
		<u>620.000</u>			<u>622.426</u>

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam vencimento em 2019.

As debêntures da 2ª e 3ª emissões da Sociedade não possuem garantias.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (b)	50	-
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Litoral Sul S.A. (b)	-	1
Total	<u>50</u>	<u>1</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A (c)	236.725	243.043
Total	<u>236.725</u>	<u>243.043</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.341	1.322
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	114	194
Intervias S.A. (b)	135	38
Vianorte S.A. (b)	36	179
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	1.918
	<u>1.626</u>	<u>3.651</u>
<u>Controladora</u>		
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A.	3.956	3.689
	<u>3.956</u>	<u>3.689</u>
Total	<u>5.582</u>	<u>7.340</u>

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>31.12.2017</u>			<u>31.12.2016</u>		
	<u>Conservação da rodovia (a)</u>	<u>Receitas financeiras (c)</u>	<u>Despesas gerais (b)</u>	<u>Conservação da rodovia (a)</u>	<u>Receitas financeiras (c)</u>	<u>Despesas gerais (b)</u>
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	27.886	(13.426)	-	46.488	(12.467)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(14.106)	-	-	(13.186)	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	-	-	-	(566)	-	-
Total	<u>(14.106)</u>	<u>27.886</u>	<u>(13.426)</u>	<u>(13.752)</u>	<u>46.488</u>	<u>(12.467)</u>

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris S.A., controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da “Holding”, com base na receita das empresas do Grupo Arteris, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais

1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
17.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	-	-	8.000	7.412
18.04.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	36.893	76	39.966	5.555
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	10.000	4.913	10.000	3.596
20.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	19.487	40.000	14.233
11.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	55.000	26.315	55.000	19.132
07.07.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	14.039	30.000	10.149
			<u>171.893</u>	<u>64.830</u>	<u>182.966</u>	<u>60.077</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$6.269 (R\$5.816 em 31 de dezembro de 2016), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2017, a Sociedade reconheceu o montante de R\$759 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$981 relativo ao rateio da “Holding”, que totaliza R\$1.741 (R\$1.850 em 31 de dezembro de 2016), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de março de 2017, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no País.

14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica “Obrigações sociais” em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são de R\$700 e R\$685, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Imposto de renda	12.385	6.193
Contribuição social	4.953	3.022
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	420	429
Programa de integração social - PIS	333	245
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.665	1.172
Tributos federais retidos	220	258
Impostos sobre serviços - ISS	1.933	2.125
Total	<u>21.909</u>	<u>13.444</u>

16. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Circulante				
Direito de outorga	5.657	13.369	5.727	13.728
Parcela variável (a)	534	499	534	499
Total	<u>6.191</u>	<u>13.868</u>	<u>6.261</u>	<u>14.227</u>
	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Não circulante				
Direito de outorga	-	5.459	-	5.802
Total	<u>-</u>	<u>5.459</u>	<u>-</u>	<u>5.802</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

- (a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

A partir de 31 de dezembro de 2017, o ônus fixo da concessão será liquidado em 5 parcelas.

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$19.671 (R\$13.638 de parcela fixa e R\$6.033 de parcela variável) e de R\$18.494 (R\$12.856 de parcela fixa e R\$5.638 de parcela variável).

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2017</u>
Cíveis	657	3.242	(536)	(350)	3.013
Trabalhistas	1.331	913	(756)	(733)	755
Regulatórios	-	1.448	-	-	1.448
Total	<u>1.988</u>	<u>5.603</u>	<u>(1.292)</u>	<u>(1.083)</u>	<u>5.216</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2016</u>
Cíveis	296	1.220	(300)	(559)	657
Trabalhistas	1.031	450	(134)	(16)	1.331
Total	<u>1.327</u>	<u>1.670</u>	<u>(434)</u>	<u>(575)</u>	<u>1.988</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$631 em 31 de dezembro de 2017 (R\$803 em 31 de dezembro de 2016).

Os depósitos judiciais no montante de R\$131 (R\$103 em 31 de dezembro de 2016), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável.

Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é conforme segue:

	<u>Circulante</u> Manutenção em rodovia	<u>Não circulante</u> Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	22.446	9.339
Adições/Reversões	-	52.204
Utilizações	(71.781)	-
Ajuste a valor presente	-	1.253
Transferências	58.832	(58.832)
Saldo em 31.12.2017	<u>9.497</u>	<u>3.964</u>

	<u>Circulante</u> Manutenção em rodovia	<u>Não circulante</u> Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	38.530	20.917
Adições/Reversões	-	22.558
Utilizações	(53.243)	-
Ajuste a valor presente	-	3.023
Transferências	37.159	(37.159)
Saldos em 31.12.2016	<u>22.446</u>	<u>9.339</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, referente às manutenções realizadas, foram de R\$79.158 (R\$45.638 em 31 de dezembro de 2016).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$104.798, composto por 101.483.834 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$98.801 que representa 95.675.071 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2017, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$59.375, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 2017, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$41.154, como antecipação de dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro líquido do exercício	120.953	127.339
Reserva legal de 5%	-	(4.596)
Base de cálculo	<u>120.953</u>	<u>122.743</u>
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u><u>30.238</u></u>	<u><u>30.686</u></u>
Dividendos antecipados	(41.154)	(55.514)
Juros sobre capital próprio	(11.432)	(7.854)
Dividendos adicionais propostos	<u>(68.367)</u>	<u>(59.375)</u>
	<u><u>(120.953)</u></u>	<u><u>(122.743)</u></u>
Número de ações durante o exercício	101.484	101.484
Dividendos por ação distribuído	(0,52)	(0,62)
Dividendos por ação proposto	<u>(0,67)</u>	<u>(0,59)</u>
Dividendo por ação	<u><u>(1,19)</u></u>	<u><u>(1,21)</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2017, totalizando R\$68.367 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária.

Juros sobre o capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$11.432, o qual incide a quantia de R\$1.714, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido de R\$9.718.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita de serviços prestados	401.441	373.484
Receita de serviços de construção	25.007	23.115
Outras receitas	2.863	2.613
	<u>429.311</u>	<u>399.212</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita bruta	429.311	399.212
ISSQN	(20.194)	(18.798)
PIS	(2.658)	(2.471)
COFINS	(12.265)	(11.405)
Outras deduções	(4)	-
Receita líquida	<u>394.190</u>	<u>366.538</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas:		
Com pessoal	(11.484)	(11.090)
Serviços de terceiros	(2.546)	(2.823)
Manutenção de bens e conservação	(1.753)	(1.035)
Depreciação / Amortização	(533)	(424)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(4.311)	(1.236)
Comunicação e marketing	(1.776)	(1.585)
Seguros/Garantias	(20)	(25)
Consumo	(1.372)	(1.577)
Transportes	(480)	(654)
Indenizações a terceiros	(668)	(656)
Outros	(1.706)	(1.803)
Total	<u>(26.649)</u>	<u>(22.908)</u>

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(25.007)	(23.115)
Com pessoal	(12.394)	(12.144)
Serviços de terceiros	(9.934)	(9.647)
Conservação	(9.156)	(7.272)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(691)	(643)
Consumo	(1.642)	(1.929)
Transportes	(2.672)	(2.768)
Custos com o poder concedente	(6.066)	(5.647)
Seguros / Garantias	(1.284)	(1.586)
Provisão de manutenção em rodovias	(52.204)	(22.558)
Depreciação / Amortização	(65.340)	(60.642)
Amortização da outorga	(992)	(993)
Outros	(226)	(839)
Total	<u>(187.608)</u>	<u>(149.783)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	3.776	7.109
Juros ativos	27.886	46.488
Outras receitas	-	2.960
Total	<u>31.662</u>	<u>56.557</u>
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(25.149)	(49.216)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.253)	(3.023)
Atualização montária do ônus da concessão	(469)	(2.526)
Outras despesas	(4.501)	(5.336)
Total	<u>(31.372)</u>	<u>(60.101)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	7.522	15.905
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	3.956	3.689
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(85.051)	(55.161)

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	120.953	127.339
Número de ações durante exercício	<u>101.484</u>	<u>101.484</u>
Lucro por ação	<u>1,1918</u>	<u>1,2548</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2017			31.12.2016		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2		11.731	-	-	10.954	-
Partes relacionadas	Nível 2	236.775	-	-	243.044	-	-
Contas a receber clientes	Nível 2	21.735	-	-	20.001	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	-	-	-	-	47.496	-
Outras contas a receber	Nível 2	515	-	-	722	-	-
Fornecedores e cauções	Nível 2	-	-	11.228	-	-	17.250
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	-	-	-	-	356
Debêntures	Nível 2	-	-	157.429	-	-	238.152
Partes relacionadas	Nível 2	-	-	5.582	-	-	7.340
Credores pela concessão	Nível 2	-	-	6.191	-	-	19.327
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	355	-	-	706
		<u>259.025</u>	<u>11.731</u>	<u>180.785</u>	<u>263.767</u>	<u>58.450</u>	<u>283.131</u>

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada para todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(8.677)	(11.761)	(13.775)
Receita de aplicações financeiras	642	803	963
Receita financeira de mútuo (*)	20.081	24.232	28.373
Juros a incorrer (*)	12.046	13.273	15.562

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$20.696 (R\$19.338 em 31 de dezembro de 2016) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2018	2019	Total
Debêntures 3ª emissão CDI + 1,25% aa	11,50%	56.484	51.011	107.495
Debêntures 2ª emissão CDI + 0,83% aa	11,20%	59.652	-	59.652
Credores pela concessão	4,90%	5.727	-	5.727
Fornecedores e cauções	0,00%	11.228	-	11.228
Outras contas a pagar	0,00%	355	-	355
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	1.626	-	1.626
		<u>135.071</u>	<u>51.011</u>	<u>186.082</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	01/01 a 31/03/2018	01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	Total
Debêntures 3ª emissão CDI + 1	11,50%	2.439	52.022	1.011	1.011	56.484
Debêntures 2ª emissão CDI + 0	11,20%	-	59.652	-	-	59.652
Credores pela concessão	4,90%	3.436	2.291	-	-	5.727
Fornecedores e cauções	0,00%	4.073	-	-	7.155	11.228
Outras contas a pagar	0,00%	355	-	-	-	355
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	1.626	-	-	-	1.626
		<u>11.930</u>	<u>113.965</u>	<u>1.011</u>	<u>8.166</u>	<u>135.071</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 28.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	148.806

(*) Por sinistro

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DA CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Companhia” ou “Centrovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 9 de junho de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-310 Rod. Washington Luís (Cordeirópolis a São Carlos), SP-225 Rod. Engenheiro Paulo Nilo Romano (Itirapina a Jaú) e SP-225 Rod. Comandante João Ribeiro de Barros (Jaú a Bauru), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 21 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 19 de junho de 2019. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da praça	Localização	Tarifa (R\$)
Itirapina	SP 310/ KM 217	5,10
Rio Claro	SP 310/ KM 181 + 370	8,40
Brotas	SP 225/ KM 106 + 900	7,10
Dois Córregos	SP 225/ KM 143 + 850	8,20
Jaú	SP 225/ KM 199 + 380	10,60

EVENTOS RELEVANTES

Em 6 de março de 2017, a Sociedade assinou a escritura de emissão da 3ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações em série única. O volume emitido foi de R\$ 100 milhões, sendo sua data de emissão em 10 de março de 2017 e sua data de vencimento em 10 de março de 2019.

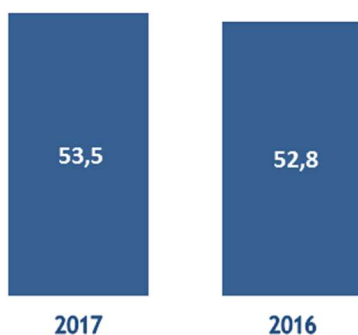
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

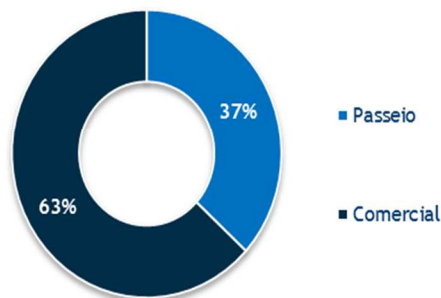
O tráfego pedagiado totalizou 53,5 milhões de veículos equivalentes em 2017, 1,2% superior quando comparado ao exercício anterior. O leve crescimento evidencia o processo gradual de retomada da atividade econômica ao longo do último ano.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2017 foi de 63% de veículos pesados e 37% de veículos leves.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)

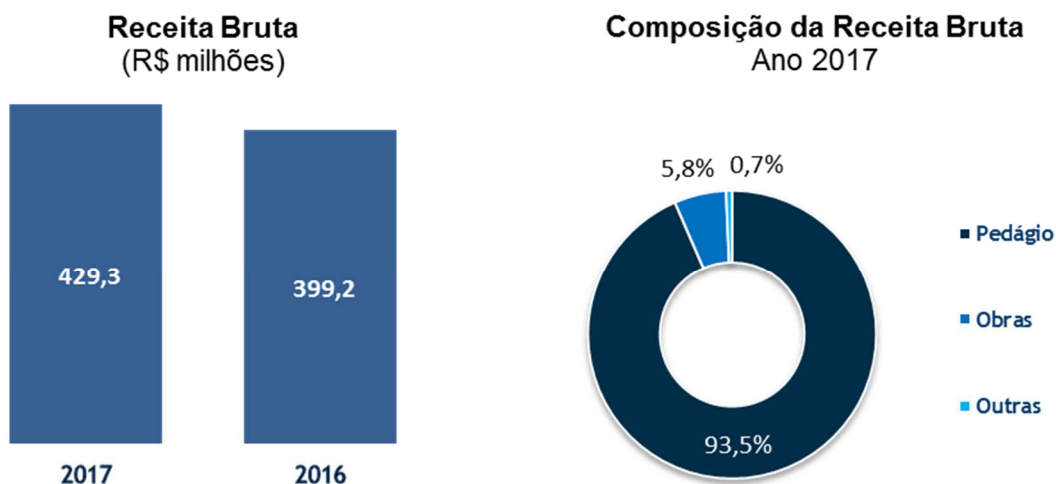


Composição do Tráfego
Ano 2017



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$429,3 milhões em 2017, obteve um aumento de 7,5% em relação aos R\$399,2 milhões registrados em 2016.



A receita de pedágio apresentou aumento de 7,5%, passando de R\$373,5 milhões em 2016 para R\$401,4 milhões em 2017, justificado pelo reajuste das tarifas básicas praticadas em 1,57% à partir de 01/07/2017, tendo com base a evolução do IGPM entre os meses de junho de 2016 e maio de 2017, levando em consideração, além da revisão tarifária contratual, a retomada do tráfego atribuída pela retomada na aceleração da atividade econômica brasileira, mencionada e justificada acima.

Já a receita de obras, proveniente da realização de investimentos no intangível, registrou um aumento de R\$1,9 milhões, passando de R\$23,1 milhões em 2016 para R\$25,0 milhões em 2017. Tendo como destaque a realização a maior na implantação do PRA (Programa de Redução de Acidentes), compensado com valores realizados a menor com obras de recuperação de obras de arte, dispositivo de segurança e implantação do sistema viário de Itirapina. A contrapartida desta receita de igual montante está demonstrada na rubrica de Custo dos Serviços de Construção, eliminando seu efeito no resultado.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,8 milhões obtendo um aumento de 9,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No ano de 2017, a Companhia obteve receita líquida de R\$394,2 milhões, R\$27,7 milhões superior ao ano de 2016, justificadas pelas informações já citadas acima.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Custo dos serviços de construção	(25,0)	(23,1)	8,2%
Serviços de terceiros	(12,7)	(14,1)	-9,8%
Pessoal	(23,9)	(23,2)	2,8%
Provisão para manutenção em rodovias	(52,2)	(22,6)	131,4%
Conservação	(11,6)	(9,0)	29,6%
Custos com poder concedente	(6,1)	(5,6)	7,4%
Seguros e garantias	(1,3)	(1,6)	-19,1%
Remuneração da administração	(1,7)	(1,9)	-5,9%
Consumo	(3,0)	(3,5)	-14,1%
Outros	(11,7)	(7,7)	51,0%
Custos e despesas	(149,2)	(112,3)	32,9%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram um aumento de 32,9% em 2017 em comparação ao exercício de 2016. A variação de R\$36,9 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$1,9 milhões dos custos de construção, passando de R\$23,1 milhões em 2016 para R\$25,0 milhões em 2017. Tendo como destaque a realização a maior na implantação do PRA (Programa de Redução de Acidentes), compensado com valores realizados a menor com obras de recuperação de obras de arte, dispositivo de segurança e implantação do sistema viário de Itirapina.
- Aumento de R\$29,6 milhões em “Provisão para manutenção em rodovias” em função do andamento das obras de 3ª intervenção na SP-310 e SP-225 (Km 91 ao KM 177) e 4ª intervenção na SP-225 (Km 177 ao KM 183);
- Aumento de R\$ 4,0 milhões em “Outros”, devido à: (i) variação em provisões de riscos por consequência de entrada de novos processos, atualização de valores de franquia e atualização de prognósticos; (ii) pagamento de indenizações realizadas no período.

Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC 01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receita líquida	394,2	366,5	7,5%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(149,2)	(112,3)	32,9%
EBITDA ¹	245,0	254,3	-3,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	52,2	22,6	131,4%
EBITDA Ajustado ²	297,2	276,8	7,4%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício."

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercícios fiscais futuros.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2017 em R\$297,2 milhões com aumento de 7,4% em relação ao ano anterior. Essa variação foi gerada principalmente pelo aumento da receita de pedágio, proporcionalmente maior se comparado ao incremento dos custos e despesas.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2017	2016	Var.
Receitas Financeiras	31,7	56,6	-44,0%
Despesas Financeiras	(31,4)	(60,1)	-47,8%
Resultado Financeiro Líquido	0,3	(3,5)	-108,2%

O resultado financeiro líquido de 2017 foi positivo em R\$0,3 milhões, representando uma melhora de 108,2% em relação ao ano de 2016.

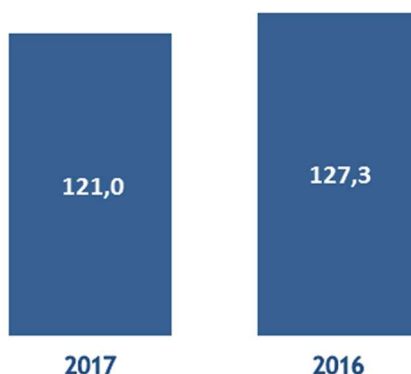
- As receitas financeiras apresentaram redução de 44,0%, que correspondeu a R\$24,9 milhões. Principal variação refere-se à queda da receita financeira proveniente dos juros dos contratos de mútuo, devido aos pagamentos observados no período frente à necessidade de caixa e devido aos juros incidentes sobre aplicações financeiras vinculada, cujo resgate total ocorreu em 15/03/17;

- As despesas financeiras sofreram redução de R\$28,7 milhões (47,8%) em consequência das amortizações de parcelas de principal e juros dos contratos de 1ª e 2ª emissão de debêntures. Em contrapartida ocorreram apropriações de juros referente à 3ª Emissão de debêntures à partir de março/2017.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com lucro líquido de R\$121,0 milhões, com uma redução de 5,0% em comparação ao exercício de 2016. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para essa redução foram: (i) aumento dos custos e despesas operacionais.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2017	31/12/2016	Var.
Dívida Bruta	157,4	238,5	-34,0%
Curto Prazo	107,5	181,3	-40,7%
Longo Prazo	50,0	57,2	-12,7%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(11,7)	(58,5)	-79,9%
Dívida Líquida	145,7	180,1	-19,1%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento bruto totalizou R\$157,4 milhões, apresentando redução de R\$81,1 milhões (34,0%) em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização de principal e juros provenientes das operações de 1ª e 2ª Emissão de debêntures, e em contrapartida ocorreram apropriações de juros referente à 3ª Emissão de debêntures à partir de março/2017.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2017 em R\$145,7 milhões, apresentando redução de R\$34,4 milhões em relação ao montante de R\$180,1 milhões registrado no encerramento do exercício de 2016, resultado da redução do saldo devedor das operações de debêntures. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 0,51x.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários conforme distribuição abaixo representada:

Proventos em dinheiro	Deliberado em:	Pagamento em:	Valor (R\$ milhões)
Juros Sobre Capital Próprio	30/09/2016	20/03/2017	1,4
Juros Sobre Capital Próprio	31/12/2016	20/03/2017	2,3
Dividendos	31/03/2017	31/03/2017	59,4
Dividendos	20/03/2017	21/03/2017	4,6
Juros Sobre Capital Próprio	31/03/2017	29/09/2017	3,8
Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2017	29/09/2017	2,0
Dividendos	29/09/2017	29/09/2017	36,6

INVESTIMENTOS

Em 2017, a Centrovias investiu R\$24,2 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$79,2 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

Obras de manutenção e conservação das rodovias

- 3ª Intervenção programada de pavimento na SP225 e SP310;
- Implantação de Drenos de Pavimento;
- Recuperação de Pavimento Rígido;
- Recuperação de obras de arte e passarelas;
- Implantação de sinalização (horizontal e vertical) e dispositivos de segurança;
- Sistemas de controle de tráfego, arrecadação, fiscalização e telecomunicação;

Obras de melhoramentos da rodovia:

- Implantação do Sistema Viário SP-225/SP-310 Itirapina – Obra Honda.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2017	2016
Empregos diretos	282	276
Rotatividade	1,39%	1,01%

No que concerne à diversidade, a Centrovias apresenta uma participação majoritária de 61,3% de mulheres, contra 38,7% de homens. A média de idade está concentrada em 36 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 87,9% dos profissionais. Vale mencionar que 9,2% possuem superior completo.

Ao longo de 2017, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 3.800 horas de treinamento, o que corresponde, em média, de 13:01 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio é reflexo do respeito às pessoas, aos recursos e ao meio ambiente – condições essenciais para que a sua missão de atuar de forma relevante para o desenvolvimento da infraestrutura do País se concretize de forma perene e com benefícios para o público.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

Ano a ano, a Arteris investe em obras de ampliação, melhoria e conservação das rodovias sob sua administração, estabelecidas nos contratos de concessão para assegurar aos usuários vias cada vez mais modernas e seguras.

As ações de engenharia não são as únicas em curso para que as rodovias sejam mais seguras. Programas de sensibilização, conscientização e educação para um trânsito mais seguro têm se mostrado fundamentais, tanto que os acidentes fatais nas rodovias

administradas pela companhia já foram reduzidos em 36% na atual década. A meta é reduzir ainda mais: 50% do total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020.

Entre as ações mais relevantes dessa estratégia estão o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes, as parcerias com órgãos públicos e privados, como é o caso do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito e a construção de espaços permanentes de diálogos com diferentes grupos em torno do tema, como aqueles que acontecem durante o Mês de Segurança no Trânsito e a realização do Fórum Arteris de Segurança.

No Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), a Arteris realiza estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias administradas pelo Grupo. Junto ao Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, apoia a realização de iniciativas de segurança viária em diversas frentes, especialmente disseminando mensagens de segurança por meio de campanhas. No Mês da Segurança Arteris, promove ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias. No Fórum Arteris de Segurança, o Grupo tem a oportunidade ímpar de reunir especialistas para compartilhar e trocar experiências na busca de soluções inovadoras para a questão da segurança viária no Brasil e no mundo.

Educação

A educação e a humanização do trânsito são prioridades na atuação da Arteris. Pensando nisso, a companhia criou o Projeto Escola, que, há 16 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação relacionadas à segurança no trânsito. Os números do programa chamam atenção: 287 mil alunos, 16,3 mil professores, 590 escolas públicas e unidades da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), 138 municípios e 5 estados.

Além do Projeto Escola, a Arteris também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança nas comunidades lindeiras como o Viva Pedestre e o Passarela Viva, que conscientizam os pedestres sobre a importância de circular com segurança, atravessar a rua olhando para os dois lados e utilizar corretamente as passarelas e calçadas construídas na faixa de domínio das rodovias.

Assim como os pedestres, os ciclistas também recebem atenção especial nas campanhas de conscientização realizadas pelas concessionárias da Arteris. Por meio do programa Viva Ciclista, o Grupo promove ações educativas com foco na conscientização para prevenção de acidentes.

O Viva Motociclista também promove ações para os usuários de moto nas rodovias administradas pelo Grupo. Entre os serviços prestados estão ações práticas de segurança

que muitas vezes ficam negligenciadas, como a limpeza dos capacetes e a cristalização das viseiras.

A companhia também criou o Tô de Cinto, Tô Seguro, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público sobre a necessidade do uso do cinto em todas as viagens.

Já o Viva Seguro leva para empresas, escolas e organizações dos municípios da área de abrangência os conhecimentos internos do Grupo sobre segurança no trânsito.

O Viva Comunidade amplia o alcance dos programas sociais da companhia e reforça valores da educação no trânsito e da atitude cidadã. O projeto leva os programas sociais já desenvolvidos pelo Grupo para além dos limites da rodovia.

Saúde

Comprometida com a segurança e o bem-estar dos usuários das rodovias que administra, a Arteris realiza a campanha Saúde na Boleia, que possibilita o acesso gratuito a exames médicos, vacinação, palestras e conscientização em saúde. Com uma abordagem preventiva, que estimula a realização de exames, o Programa já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros.

Meio Ambiente

Comprometida com os cuidados com o meio ambiente, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas e plantio de mudas de vegetação nativa. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

Além disso, a Arteris criou projetos de educação ambiental para incentivar ainda mais a consciência e responsabilidade com o planeta. O programa Viva Meio Ambiente, por exemplo, leva educação ambiental para escolas públicas e unidades da APAE (Associação dos Pais e Amigos de Excepcionais) da área de concessão. Criado em 2009, o Projeto é aplicado em 590 instituições, pertencentes a 138 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Projetos culturais, sociais e esportivos

A fim de promover cultura e esporte, a companhia apoia projetos locais por intermédio do incentivo fiscal. Nessas oportunidades, a Arteris promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades estabelecidas em cidades lindeiras às rodovias.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Salvador Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pelo

Grupo. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival ChorandoSemParar, Natal Luz de Lages (SC), Projeto Kimono de Ouro de Araras (SP), Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

Voluntariado

O Programa Voluntários oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de participar de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da companhia, agregando, assim, valor ao negócio. O Programa direciona os colaboradores do Grupo com o objetivo de construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os profissionais, comunidade e companhia.

As iniciativas são definidas de acordo com as necessidades locais. Podem envolver, por exemplo, entretenimento e diversão para crianças hospitalizadas, projetos de melhoria dos espaços de atendimento ou de criação de jardins, eventos de convivência social, doação de sangue, entre outros.

O Programa Lacre Amigo Arteris é uma dessas iniciativas, na qual colaboradores, familiares, usuários das rodovias, instituições e empresas parceiras atuam no recolhimento de lacres de latinhas de alumínio que viram “moeda de troca” para possibilitar a doação de cadeiras de rodas a diversas instituições. Desde 2011, o projeto já entregou mais de 350 cadeiras de rodas.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Diretoria*Marcelo de Afonseca e Silva*

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Conselho de Administração*David Antonio Díaz Almazán*

Conselheiro

Linomar Barros Deroldo

Conselheiro

Juan Gabriel Lopez Moreno

Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Conselheira

Angelo Luiz Lodi

Conselheiro